

## EIXO TEMÁTICO 6 | EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

### (DES) CAMINHOS PARA A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFRB-CAHL: uma política ainda em construção

### (DES) PATHS TO UFRB-CAHL STUDENT ASSISTANCE: a policy still under construction

Nadjane Mendes dos Santos Lemos<sup>1</sup>  
Lúcia Maria Aquino de Queiroz<sup>2</sup>

#### RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o suporte estudantil para os estudantes que entraram na modalidade de cotas da UFRB-CAHL estão recebendo e evidenciar a importância disso para uma educação justa e igualitária. A Assistência Estudantil é um dos grandes ganhos da população brasileira, principalmente para aqueles excluídos historicamente, mas esse suporte estudantil por muitas vezes não consegue abarcar as demandas que comprometem a permanência desses estudantes, justamente o que trataremos nesse texto. O trabalho iniciará com abordagem da assistência estudantil no Brasil, seu conceito e percepção dos autores quanto a essa justiça social, será tratado acerca do espaço discutido a UFRB-CAHL, e também como essa assistência está se efetivando ou (des) caminhando para a efetivação.

**Palavras chave:** Assistência Estudantil, reparação social, UFRB-CAHL.

#### ABSTRACT

The present work aims to analyze the student support for students who took the UFRB-CAHL quota modality and highlight the importance of this for a fair and equal education. Student Assistance is one of the greatest gains for the Brazilian population, especially for those historically excluded, but this student support often fails to cover the demands that compromise the permanence of these students, which is precisely what we will discuss in this text. The work will begin with an approach to

<sup>1</sup> Assistente Social; Mestranda no Programa em Política Social e Territórios na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: nad.jane@hotmail.com.

<sup>2</sup> Possui graduação em Ciências Econômicas e mestrado em Administração pela Universidade Federal da Bahia e doutorado em Planificação Territorial Desenvolvimento Regional pela Universidade de Barcelona (2005). É professora associada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, tendo ingressado na instituição em 2008, estando vinculada à Área de Conhecimento em Ciências Social Aplicadas do Centro de Artes, Humanidades e Letras, lecionando no Programa de Pós-graduação em Política Social e Territórios e no curso de Serviço Social.

student assistance in Brazil, its concept and the authors' perception regarding this social justice, it will be discussed about the space discussed, the UFRB-CAHL, and also how this assistance is being implemented or (not) moving towards implementation.

**Keywords:** Student Assistance, social reparation, UFRB-CAHL

## 1 INTRODUÇÃO

O referido artigo tem como proposta analisar a assistência estudantil em sua trajetória, identificando que a sua efetivação está sendo posta mediante luta e reivindicações dos movimentos sociais e dos povos negros. Pensar em espaço universitário de forma democrática é identificar que os que não conseguiram ainda se inserir nesse lugar, não estão “lá” devido ao contexto excludente ao qual foi formado esse país, e que as culturas de privilégios são perpassadas como se fossem hereditárias. A Assistência Estudantil é uma grande vitória para a população negra, e/ou baixa renda, e/ou oriundo de escola pública, em especial ao povo negro, mas ainda há muitos passos para serem dados no caminho da justiça social.

No primeiro momento, para conceituação do estudo será tratado sobre a assistência estudantil no Brasil, refletindo quanto ao seu surgimento. Logo depois, será abordado o espaço universitário, em especial a UFRB-CAHL ao qual se direciona esse estudo; em seguida, a análise dos caminhos e descaminhos percorridos por essa política na efetivação dos direitos e reparação social, pensando que a proposta da Assistência Estudantil é extremamente importante para que ainda hoje a população negra, e/ou baixa renda, e/ou oriundo de escola pública possa acessar e permanecer com suas demandas e desafios.

Em suma, o trabalho tem por designo trazer o debate para estudantes da graduação, pós-graduação, professores, gestores e a sociedade como um todo sobre a importância da constante luta por direitos sociais. Que a identificação da direção para um caminhar os “descaminhar” seja propulsora para que se estabeleça mais programas e políticas de apoio para o desenvolvimento e expansão do ensino superior democrático, que esse ensino em sua resposta social traga bons resultados para os que estão usufruindo direta e/ou indiretamente dele.

## 2 A LÓGICA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A educação no Brasil, em seu surgimento, tinha diferenciações para classes e raças, assim como foi colocado no Projeto Constitucional de 1823 que previa que a educação formal fosse direcionada para brancos, para os índios a catequese e civilização, já para os negros, ao longo da sua emancipação, educação religiosa e industrial, de acordo seu Art. 254 (Carvalho, 1972). É evidente a separação intelectual e seus direcionamentos; somente os brancos eram dignos da educação formal e para os índios e negros a educação continuava com o seu intuito de submissão e trabalho operário. Não havia a garantia do mínimo, de direitos como cidadãos, nem menção de educação formal para esses segmentos sociais. Pode-se notar também o quanto esse pensamento social se reflete até os dias atuais. A identificação do surgimento e suas perspectivas da educação no Brasil se faz necessária para compreendermos o que acontece nos dias atuais e quais são os dispositivos que alguns segmentos sociais estão utilizando para a sobrevivência na universidade.

Os primeiros cursos de ensino superior no Brasil foram de Medicina e Economia na Bahia, e em 1818 foi criado o curso de Desenho Industrial; no Rio de Janeiro foram criados os cursos de Medicina e ensinos de prática à agricultura e a química. De início só tinham escolas de ensino superior nesses dois Estados (Azevedo, 2018).

No período republicano foi criado o Ministério da Instrução por Benjamin Constant, direcionado para o ensino superior. Compreende-se que o desenvolvimento das universidades, naquele período, era para abarcar os filhos da classe privilegiada, que já tinham uma instrução do ensino básico e precisavam de instrução do ensino superior para que não precisassem viajar para outro país em busca dessa formação.

Já durante o Governo Militar, por volta do ano de 1968, é possível identificar uma estratégia de reforma no ensino médio para “controle” de matrículas que estavam crescendo no ensino superior:

A reforma para o ensino médio foi realizada através da Lei Nº 5692/71, que criou o ensino de 1º e 2º graus. O ensino de 2º Grau passa a ser obrigatoriamente profissionalizante. Com isso, estava-se dando uma terminalidade ao ensino de 2º Grau, com pretensões, também, que um grande contingente de alunos saísse do sistema escolar e entrasse diretamente no mercado de trabalho, diminuindo a pressão por vagas no ensino superior (Nascimento, 2007, p. 83).

Essa foi uma das reformas que posteriormente fracassou por falta de recursos humanos e materiais, mas, apresenta a ideologia do Estado quanto à manutenção da educação para a população em diferentes classes sociais. Esse fracasso não significa que as ideologias que respaldaram esse movimento não existiram ou ainda existam. Mas, em contrapartida ao movimento de barrar o acesso ao ensino superior, passaram também a vigorar ideologias voltadas para a permanência dos estudantes de baixa renda no ensino superior, resultando na implantação de ações e políticas, como a de assistência estudantil.

A assistência estudantil foi iniciada, em uma primeira formatação, por volta de 1930, com a assistência aos estudantes na construção do casarão chamado “1ª Casa do Estudante”, onde era disponibilizado restaurante popular a alunos carentes. Depois dessa iniciativa, surgiu o reconhecimento da assistência estudantil na Constituição de 1934; cerca de três anos depois foi criada a entidade representativa dos estudantes, a União Nacional dos Estudantes (UNE); em 1970 aconteceu a implantação do Departamento de Assistência Estudantil (DAE), com programas de alimentação, assistência médica, odontológica e moradia. Em adição, foram instituídos espaços de debates em prol do fortalecimento da política de assistência, como o Fonaprace - Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis e a Andifes - Associação Nacional dos Dirigentes das instituições federais de Ensino Superior (Conceição, 2016, p. 20).

A Constituição Cidadã de 1988 foi essencial para a democratização do ensino superior; com a sua criação torna-se possível denominar os meios para a efetivação dos direitos estudantis. Por sua vez, o Fonaprace possibilita identificar, através da coleta de dados, a necessidade de um mais amplo número de mecanismos de acesso ao ensino superior, e de meios para a permanência estudantil.

A Política de Assistência Estudantil tem a finalidade de ampliar as condições de acesso e permanência dos jovens na educação superior pública federal, o que implica no desenvolvimento de estratégias de inclusão social, democratização do acesso, permanência e formação acadêmica com qualidade, evitando a retenção e a evasão do estudante em situação de vulnerabilidade social e econômica (Brasil, 2024).

A lógica da Assistência Estudantil está na participação efetiva de segmentos sociais que foram excluídos historicamente e que não conseguiam permanecer nesse espaço de privilégio que é a universidade - posteriormente analisaremos quanto a seu real papel e como está sendo

desenvolvido - Essa efetivação também acontece a partir da implementação de políticas públicas de reparação, a exemplo do ocorrido com a instalação da UFRB. A implantação desta universidade é fruto de intensa luta para a inserção e formação de nível superior naquele território, sendo um modelo de transformação para os municípios de cada território no qual a universidade foi instalada.

### **.3 A UFRB-CAHL COMO LUGAR OU NÃO LUGAR PARA OS ESTUDANTES**

A implantação da UFRB acontece por meio do REUNI, um Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. “A implantação da UFRB no Recôncavo decorre de uma ação estatal que esperava promover o desenvolvimento regional e local das cidades, e da sua zona de influência” conforme consta no documento que tratou da sua criação (Silva; Silva, 2019, p. 220). Esta instituição teve origem pela Lei nº 11.151 de 29 de julho de 2005, com um formato multicampi, a fim de atender as necessidades do Recôncavo em diferentes cidades. Dessa forma, o Reuni se apresentou como forma de incentivo para a implementação das universidades federais, proporcionando, de forma estratégica, a esses espaços de instalação, o crescimento econômico e social.

As estratégias de expansão do ensino superior estão ligadas a ordem do capital, para os interesses do lucro e da produção, porém, não se pode desconsiderar a importância que a implantação das universidades, sobretudo em áreas interioranas, causa para a região onde são instaladas. Dentre os rebatimentos decorrentes deste processo, há de se pontuar, a exemplo, a presença de estudantes como os primeiros de suas famílias a ingressarem no ensino superior, fator significativo para a ascensão econômica e social dessas pessoas e de seus familiares que contribuíram para que isso acontecesse.

A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata, somente, de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também conserva. Não se trata, somente, de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas que as universidades. Trata-se de manter uma atmosfera de saber para se preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva. Trata-se de difundir a cultura humana, mas de fazê-lo com inspiração, enriquecendo e vitalizando o saber do passado com a sedução, atração e o ímpeto do

presente. O saber não é um objeto que se recebe das gerações que se foram; para nossa geração, o saber é uma atitude do espírito que se forma lentamente ao contato dos que sabem. [...] A casa onde se acolhe toda a nossa sede de saber e toda a nossa sede de melhorar é a universidade (Teixeira, 2010, p. 33-4 apud Arbia, 2023, p. 12).

A citação apontada por Arbia (2023) traz como reflexão a importância da Universidade, ressaltando que seu papel se perpassa para além da difusão do conhecimento, onde a viabilização de acesso e permanência completa também o seu ciclo social.

Além da necessidade da implementação de uma universidade e estratégias de democratização do acesso ao ensino superior, é preciso pensar nas formas de permanência. Conceição (2016) vem abordar sobre a importância da assistência estudantil na vida do aluno, e indica que, com condições básicas para a permanência deste na instituição, é possível diminuir as desigualdades sociais e educacionais.

A UFRB é pioneira na implementação de uma pró-reitoria específica de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis, a PROPAAE, criada em 03 de outubro de 2006, pouco mais de um ano após a implantação da UFRB.

Na UFRB são realizadas ações para suporte aos estudantes na PROPAAE, entre elas o Programa de Permanência Qualificada (PPQ), que tem por finalidade garantir a permanência dos alunos em acordo com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O PPQ requer, para concessão de auxílios e benefícios, a análise socioeconômica dos estudantes, atividade realizada por meio da equipe da Propaae e do Serviço Social, ocorrendo no início de cada semestre. A renda e os gastos familiares se constituem no critério central adotado pelo PPQ para inclusão estudantil.

Os auxílios disponibilizados são:

- Alimentação - refere-se ao acesso regular ao restaurante universitário (RU), no caso o campus de Cruz das Almas; em outros centros que não tem RU o programa fornece auxílio pecuniário com repasse econômico e o valor para aluguel para os estudantes do campus de Cruz das Almas.
- Deslocamento - garante ida e a volta do estudante para o centro de ensino com repasse. Esta modalidade tem como requisito o aluno morar no máximo a 50 km de distância do campus onde estuda.
- Moradia - refere-se a vagas disponibilizadas na residência universitárias com direito a alimentação.
- Projetos Institucionais - o aluno deve ser inserido em um projeto de ensino, pesquisa e extensão para ter acesso ao repasse.
- Auxílio creche com repasse para estudantes com filhos de 0 a 3 anos.
- Auxílio emergencial para permanência de aluno do primeiro semestre e outras demandas específicas.

A democratização do ensino superior é um grande passo para uma reparação social, ao mesmo tempo, esse local não é pensado para a tolerância das pessoas negras que estão em

busca de uma academia de conhecimento libertador e acolhedor. Fernandes e Santos (2018) apontam que esses lugares continuam demarcados para a população negra e que vai ser preciso ser (re) visto como comprometimento com toda luta histórica, tendo consciência de onde está e onde ainda se pode chegar.

Esses autores abordam a identificação do espaço universitário como um lugar de estranhamento cultural, ou que a partir das determinações direcionadas pela crueldade do capitalismo vão estruturar o não lugar para aqueles grupos sociais que foram marginalizados. Eles trazem um alerta a respeito das efetivações para uma assistência estudantil, que deve ir além do que está posto.

#### **4 O (DES) CAMINHAR DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

Mello (2022) vai apontar que existem fatores que vão influenciar na permanência dos estudantes negros, além da não identificação com o espaço, existe também a baixa proporção de professores negros, a falta de atenção sobre questões étnicas raciais e a inclusão de literaturas de autores negros. Ela traz a reflexão de que as ações afirmativas têm em seu caráter reformista, existe educação para essa minoria, mas trazendo aspectos que o limite, onde cotas direcionadas para estudantes oriundos de escolas públicas são aceitas com facilidades para o ingresso universitário, entretanto, as cotas raciais são questionadas quanto as capacidades dos ingressos, mesmo com estudos que comprovem que essa diferença intelectual não existe.

Ribeiro (2022) apresentou através do site UOL uma pesquisa realizada pela ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores Negros), identificando que existiam, no ano de 2022, 67 proposições com interesse de alterar a lei no Congresso Nacional para cotas, dessas proposições, 31 poderia prejudicar direta ou indiretamente a reserva de vagas para negros, a justificativa dos deputados propositores e apoiadores se embasavam no ideal de permanência de cotas apenas para alunos de escola pública, como se apenas a partir disso fosse possível efetivar uma reparação social para as minorias desse país.

As questões levantadas em relação à permanência demonstram as facetas do racismo institucional que se manifesta no processo de implementação da política. Se, por um lado, as condições de acesso parecem fortalecer a ideia de que as ações afirmativas possuem um grande potencial para combater o racismo e as desigualdades raciais, por outro, quando olhamos para o tema da permanência, surgem inquietações (Mello, 2022, p. 18).

A autora aponta que não existem dúvidas que o ensino superior brasileiro hoje é mais inclusivo a partir da adoção da política de ação afirmativa, ainda mais que essa inclusão resulta da luta em particular dos movimentos negros e da longa jornada de movimentos sociais. De fato, ainda há muito que se fazer quanto às ações afirmativas no país, e a análise aqui apresentada não tem como interesse desconsiderar a sua importância, mas sim contribuir para que novos passos sejam dados, como reserva de vagas para professores negros na universidade em maior quantidade, mais abertura para inserção de literaturas de autores negros e disciplinas voltadas para conhecimento quando a exclusão histórica e formas de reparação. A exemplo disso, alguns autores fazem análises da situação, como: Venturini e Feres (2020); Silvério (2002); Moehlecke (2002); Domingues (2005) e Mello, essa última autora observa as resistências quanto à mudança nas estruturas das universidades. Mello avalia esse processo ressaltando que,

A ideia de justiça inconclusa guarda relação com o caráter não revolucionário das ações afirmativas. [...] o ingresso de alunos negros e de classes sociais desfavorecidas é um fato que provoca mudanças, mas, ao mesmo tempo, quando esses mesmos alunos elencam os pontos negativos da política, fica-nos claro que a estrutura da universidade se mantém, em grande medida, inalterada. (MELLO, 2022, p. 24-25).

Fernandes e Santos (2018) trazem aspectos quanto ao perfil de bolsista PPQ da UFRB, que a partir da identificação de cotas raciais recebem suporte (em grande parte) econômico para a sua manutenção no espaço universitário. Dentro desse perfil há a identificação de que as ações afirmativas atingem um grande número de mulheres negras nesse espaço. A importância de se discutir sobre o perfil que essa política atinge está em entender sobre a materialização dessa luta, entender os desafios que perpassam o espaço universitário e fazer desse um lugar possível, já que, segundo Santos (2009), existem uma permanência simbólica.

A permanência simbólica vai alertar que o repasse econômico não vai ser suficiente para a “sobrevivência” naquele espaço, o CAHL recebe bolsas de repasses econômicos, voltadas para alimentação, transporte, moradia e creche, tem o apoio pedagógico, a residência universitária e conta com 1 psicólogo para atendimento dessa comunidade. No edital contemplado de 2023.1 foi destinado para o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) 5 (cinco) repasses econômicos para creche, 10 (dez) vagas de apoios pedagógicos e 10 (dez) vagas para a residência. Mesmo diante desses suportes oferecidos à comunidade acadêmica de Cachoeira é

notório que não é possível atingir um número expressivo. O suporte de apenas 1 psicólogo ainda é pequeno para o enfrentamento dos resquícios da pandemia e do quantitativo de pessoas que entram por cotas raciais e não se sentem abarcadas nesse espaço.

As situações cotidianas da vida universitária vão de encontro também a falta de suporte em casos de emergência de saúde, não existe um espaço, um profissional a quem se possa recorrer em situações graves ou leves vivenciadas pela comunidade acadêmica. O centro não conta com restaurante universitário, o que expõe também essa comunidade a deslocamento e outras manobras para suprir essa ausência no dia a dia.

Pensar em uma educação transformadora sobre aqueles/as que sempre foram oprimidos é, como afirma Paulo Freire (1987), considerar a elevação do nível de consciência dos/as envolvidos/as sobre si e em relação ao coletivo. Permanecer simbolicamente na universidade vai envolver estar inserido em coletivos e organizações que vão contribuir nos cuidados com determinados grupos, sobretudo, vão atuar para que a política, no âmbito universitário, permaneça aquecida e que jamais haja retrocessos em seus interiores (Fernandes; Santos, 2018, p. 7).

O não entendimento que esse é um lugar para todos, carrega consigo questões que por reparação social precisam ser tratadas, comungam por minar que essas lutas se efetivem e ameaçam que essa luta permaneça, é nesse sentido também que caminha o racismo nesse espaço, é fazer com que se prove que esse não é o espaço daqueles que não usufruem socialmente dos privilégios desse país.

Contribuir nos debates acerca dos currículos dos cursos que possam condizer com as realidades e dinâmicas da própria região do Recôncavo da Bahia, assim como a exigência de restaurantes universitários que possam atender a real necessidade dos discentes que se dedicam integralmente à universidade; esses são apenas alguns dos passos para garantia da mínima vivência no espaço acadêmico (Fernandes; Santos, 2018, p. 8).

Os autores indicam que a UFRB tem características importantes para uma universidade popular e isso ainda precisa ser mais explorado no bom sentido, existe uma grande demanda por auxílios da assistência estudantil, que estão diretamente relacionadas ao perfil socioeconômico dos estudantes, mas há ainda desafios, como listados nesse estudo, que precisam ser superados, principalmente aqueles que denunciam o racismo na estrutura.

O ingresso de estudantes negras e negros na universidade não vem se apresentando como uma trajetória tranquila e livre de silenciamentos como observado a partir das

leituras de alguns autores que tratam do tema. São um conjunto de elementos que se apresentam diante do estudante universitário e que se inicia para ele uma sensação de batalha diária (Fernandes; Santos, 2018, p. 10).

Foram com as construções dos debates coletivos sobre as ações afirmativas que as universidades, órgãos governamentais e inclusive o Ministério da Educação (MEC) puderam refletir sobre as desigualdades sociais no país, uma vez que a política afirmativa interfere na cultura política brasileira, na distribuição de poder e nas próprias relações com o social. Contra ou a favor, estes órgãos tiveram que se dar conta da existência dos jovens negros no país e se preocupar com a democratização real da produção do conhecimento que começava a ser produzido (Gomes, 2017 *apud* Fernandes; Santos, 2018, p. 10).

Pensar no espaço universitário ideal para o negro pode ainda se apresentar como uma ideia utópica, mas é a partir de organizações políticas que será possível se afastar dessa ideia. A universidade deve, sim, ser um espaço acolhedor e menos hostil, existem ferramentas e conhecimentos necessários para isso ser efetivado, mas assim como apresentado no texto essa efetivação ainda está atrelada a lutas contra os espaços de poder.

## **5 CONCLUSÃO**

As considerações desse texto estão em compreender que a Assistência Estudantil foi e continua sendo o passo propulsor para a democratização do ensino superior no Brasil, que as formas que dão chance para acesso e permanência são a chave para uma educação justa e igualitária. É possível identificar também que o repasse monetário é extremamente necessário, porém ao receber um bolsa o estudante ainda se sente perdido naquele espaço, evidenciando dificuldades na escrita, deslocamento o desenvolvimento como um todo, sendo que aquela formação não é apenas a formação técnica para o mercado de trabalho e sim de caráter emancipador.

O estudante que passa mal no CAHL, não sabe a quem acionar, uma dificuldade pedagógica, nem todos sabem de que modo proceder, para as problemáticas de ordem mental ainda não existe estrutura. É preciso pensar no desenvolvimento estudantil como todo, obviamente as dificuldades econômicas chegam com muito mais força para “travar” a permanência estudantil, mas não significa que demais dificuldades não responderão a esse mesmo problema.

Em síntese, é possível notar que as demandas dos cotistas em uma universidade estão além das dificuldades para se manter naquele espaço, é necessário muito mais que vontade de

estudar e como se manter economicamente naquele lugar. Para além disso, o estudante negro se apresenta em último lugar mesmo tendo conquistado a entrada nesse espaço, seu caminhar ainda percorre como o de quem “nada contra a correnteza”. A Assistência Estudantil, como fruto de uma conquista, já desenhou muitos caminhos para serem percorridos, mas para uma Justiça Conclusa, como citado por Mello (2022) ainda é preciso fazer mais.

## REFERÊNCIAS

- ARBIA, Alexandre Aranha. Serviço social e território: articulação de conteúdos para uma formação integral. **Educação**, p. e95/1-25, 2023.
- AZEVEDO, Rodrigo. **A história da Educação no Brasil**: uma longa jornada rumo à universalização. Gazeta do Povo, 2018.
- BRASIL. **Assistência Estudantil – UnB**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-assistencia-estudantil-unb#:~:text=A%20Pol%C3%ADtica%20de%20Assist%C3%A2ncia%20Estudantil,evitando%20a%20reten%C3%A7%C3%A3o%20e%20a>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- CARVALHO, Laerte Ramos de. **Introdução ao estudo da História da Educação Brasileira**: o desenvolvimento histórico da educação brasileira e a sua periodização. São Paulo, 1972.
- CONCEIÇÃO, Manuela de Souza. **Assistência Estudantil na UFRB**: uma análise da atuação dos Assistentes Sociais na PROPAAE em Cruz das Almas. 2016.
- FERNANDES, Diogo Linhares; SANTOS, Dyane Brito Reis. A (Re) existência da Política de Ações Afirmativas na UFRB diante das movimentações contrárias à educação. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 4, n. 3, 2018.
- MELLO, Luciana Garcia de. Justiça inconclusa: vícios e virtudes da política de cotas na pós-graduação da UFRGS. **Revista brasileira de sociologia. Porto Alegre, RS. Vol. 10, n. 26 (set./dez. 2022), p.[41]-68**, 2022.
- NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus. Ensino médio no Brasil: determinações históricas. **Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, local, v. 15, n. 1, 2007.
- RIBEIRO, Weudson. **31 das propostas para mudar Lei de Cotas preveem reduzir vagas para negros**. Brasília: UOL, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/06/24/31-das-propostas-para-mudar-lei-de-cotas-preveem-reduzir-vagas-para-negros.htm>. Acesso em: 08 mai. 2024.
- SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009.

SILVA, Jorge Antonio Santos; SILVA, Ozana Rebouças. **Políticas públicas de educação superior e desenvolvimento local:** as transformações no município de Cachoeira/Ba após a implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. *Redes*, v. 24, n. 2, p. 209-232, 2019.